

A Economia Institucional Original e a Teoria de Mudança Institucional^a

Original Institutional Economics and the Theory of Institutional Change

Bárbara Morais^b 

Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Curitiba (PR), Brasil

Felipe Almeida^c 

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Economia, Curitiba (PR), Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar e analisar a evolução do pensamento acerca de uma questão central para a Velha Economia Institucional ou Economia Institucional Original: a mudança institucional. A mudança institucional é essencial para a Economia Institucional Original, que busca uma abordagem evolucionária desde o seu surgimento. Para estudar adequadamente o conceito, iniciamos a nossa análise na introdução do tema através dos escritos de Thorstein Veblen e usamos como eixo central a evolução da mudança institucional na perspectiva Vebleniana. O principal institucionalista a carregar o legado Vebleniano em relação à mudança institucional foi Clarence Ayres, que apresentou contribuições genuínas partindo dos escritos de Veblen, assim como seus seguidores. Este artigo também introduz a abordagem quanto a mudança institucional para Ayres e os dois grupos de Ayresianos, o “Cactus Branch” e os Institucionalistas Radicais - os últimos são dissidentes dos primeiros. Além dessas visões, também abordamos a contribuição europeia para a mudança institucional, para construir um panorama mais amplo sobre a evolução desse conceito.

Palavras-chave: Mudança Institucional. Velha Economia Institucional. Economia Institucional Original. Thorstein Veblen. Clarence Ayres.

Abstract: The goal of this paper is studying the evolution of a core issue for Old, or Original, Institutional Economics, the institutional change. It is a key issue for Original Institutional Economics, as it looks for an evolutionary approach since its foundation. In order to

Editor responsável: Ivan Colangelo Salomão

^a Submissão: 24/06/2021 | Aprovação: 18/12/2021 | DOI: 10.22456/2176-5456.116215

^b barbaramorais21@gmail.com

^c felipe.almeida@ufpr.br

Ambos os autores foram responsáveis pela concepção, pesquisa de dados e/ou documentos, análise dos dados e/ou documentos, participação ativa na discussão dos resultados e revisão e aprovação da versão final.



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

proper study how institutionalists approach institutional change, our analysis begins by presenting the introduction of that question by Thorstein Veblen. We use the evolution of Veblen's perspective of institutional change as a guideline to our paper. The main institutionalist that carried forward Veblen's legacy concerning institutional change was Clarence Ayres. He introduced his own contributions relying on Veblen's, and his followers did the same. There are two groups of Ayresians, the "Cactus Branch" and the Radical Institutionalists – the latter dissents from the former. Hence, our paper follows the evolution of the concept of institutional change for Ayres, the "Cactus Branch", and the Radical Institutionalists. We also highlight the European contribution for the matter, in order to understand the different approaches to the concept.

Keywords: Institutional Change. Old Institutional Economics. Original Institutional Economics. Thorstein Veblen. Clarence Ayres.

JEL: B25. B52. B15.

1. Introdução

Não há muito consenso sobre quando a Velha Economia Institucional ou, em melhores termos, a Economia Institucional Original foi fundada. Em linhas gerais, institucionalistas apontam para os primeiros trabalhos de Thorstein Veblen (1857-1929) como a pedra fundamental do institucionalismo original (Mayhew, 1987; Hodgson, 2004a). Sob essa ótica, a origem de tal escola do pensamento dataria do final do século XIX. Por outro lado, Historiadores do pensamento econômico apontam a autoidentificação do movimento intelectual como o seu estabelecimento. Assim sendo, o nascimento da Economia Institucional Original teria ocorrido em 1919, com a publicação de textos apresentados na mesa “*Economic Theory*” no congresso da *American Economic Association* de 1918, com destaque para Hamilton (1919) – como visto em Rutherford (1997) e Kaufman (2017).

Independente do debate sobre a origem, há elementos inquestionáveis sobre aquilo que compõe essa abordagem econômica: a busca por uma economia evolucionária (Gruchy, 1947; Hamilton, 1953). Portanto, consideram que as instituições são fundamentais na composição da tomada de decisão para os indivíduos, sendo expressas em hábitos de pensamento. Esses hábitos, por sua vez, carregam consigo a historicidade da organização econômica da sociedade na qual foram difundidos (Hodgson, 1998; Veblen, 1899; 1914). Ao apresentar o seu conceito de instituição como hábito de pensamento, Veblen o opôs à tecnicidade do desenvolvimento tecnológico, baseado no entendimento de que as instituições representam entraves ao desenvolvimento econômico e o desenvolvimento tecnológico atua como o seu motor (Veblen, 1904; 1914). Essa faceta do institucionalismo original ficou conhecida por dicotomia cerimonial-instrumental, instituições-tecnologia ou Veblen-Ayres (Bush, 1987). O primeiro termo é o mais comum e o último destaca a contribuição de outro grande institucionalista ao tema, Clarence Ayres (1891-1972).

A dicotomia cerimonial-instrumental é central dentro da análise institucional de tradição vebleniana, possibilitando um maior entendimento do papel das instituições e de como evoluem. A partir das ideias apresentadas por Veblen e Ayres, as adições e estruturações feitas por outros estudiosos acabaram por criar um arcabouço que pode ser visto como uma ferramenta de análise e que serve como uma abordagem do valor e do comportamento para o institucionalismo original. A

sistematização mais utilizada para essa dicotomia foi apresentada por Paul Dale Bush (Bush, 1983; 1987; 1994). Bush fez parte de uma segmentação do institucionalismo original que surgiu sob grande influência ayresiana, o “Cactus Branch”.

Os membros desse grupo tiveram um contato próximo e contínuo entre si, e a proximidade geográfica entre suas universidades, todas no sudoeste dos Estados Unidos, com certeza foi um fator essencial para essa conexão. Sturgeon (1981) aponta a Universidade do Texas em Austin, a Universidade do Novo México, a Universidade Estadual do Norte do Texas, a Universidade de Denver e a Universidade de Oklahoma como os principais centros associados ao “Cactus Branch” na segunda metade do século XX. Adicionalmente, a *Southwestern Social Science Association*, e a sua revista, a *Southwestern Social Science Quarterly*, proviam um fórum para troca e publicação de ideias (Gambas, 1963). A atuação de Ayres como líder carismático também pode ser percebida como um fator fundamental no estabelecimento do “Cactus Branch” (Cavalieri; Almeida, 2017).

Durante a década de 1970, há um desdobramento do *Cactus Branch* que ficou conhecido como Institucionalismo Radical (Böck; Almeida, 2018). O Institucionalismo Radical busca retomar algumas partes mais críticas da teoria vebleniana, recuperando a análise do papel do cerimonialismo na manutenção do poder (Dugger, 1988). Além dessas abordagens, também é possível perceber, no início do século XXI, contribuições europeias no debate sobre mudança institucional. Para eles, o ponto central da análise deixa de ser a dicotomia cerimonial-instrumental e passa a ser como instituições reconstituem os indivíduos e como indivíduos podem reconstituir instituições (Hodgson, 2003; 2004b) ou como indivíduos absorvem valores institucionalizados (Dolfsma, 2002; 2004). Os principais europeus a contribuírem sistematicamente para o debate de mudança institucional foram o britânico Geoffrey Hodgson e o holandês Wilfred Dolfsma.

O objetivo deste artigo é apresentar essa evolução das abordagens acerca da mudança institucional, seguindo da perspectiva Vebleniana e Ayresiana até as recentes contribuições europeias. Na segunda seção, apresenta-se as ideias de Veblen e sua perspectiva crítica às instituições humanas e seu otimismo em relação ao desenvolvimento tecnológico. A terceira parte introduz a contribuição de Ayres na sistematização e no início de uma teoria do valor e mudança institucional, além do aprofundamento do otimismo vebleniano quanto ao papel progressista da

tecnologia. Depois, as contribuições do “Cactus Branch” são apresentadas, com destaque para os escritos do Paul Dale Bush e Louis Junker. Na quarta seção, abordamos o Institucionalismo Radical, que segue algumas ideias propostas por Mark Tool e retoma alguns aspectos mais críticos ao capitalismo presentes em Veblen. No item cinco, as contribuições de Geoffrey Hodgson e Wilfred Dolfsma no debate da mudança institucional são apresentadas. Por último, seguem as considerações finais.

2. O embrião da Dicotomia Cerimonial-Instrumental: os escritos de Thorstein Veblen

Em sua busca por oferecer para a ciência econômica uma abordagem evolucionária (Veblen, 1899), Thorstein Veblen considerava que as instituições precisavam ser um aspecto central da análise econômica. O autor caracteriza as instituições como hábitos de pensamento ou de ação socialmente prescritos, moldadas pelos meios econômicos, tecnológicos e materiais da vida (Rutherford, 1984). Essas convenções e costumes são passados a diante através da socialização. Assim, as instituições de hoje são fruto de hábitos do passado, e os hábitos de hoje serão responsáveis por moldar as instituições e hábitos futuros. Veblen (1899) entende esse processo de mudança da estrutura social como um processo de adaptação seletiva, em que os hábitos de pensamento são selecionados. No entanto, as instituições vigentes favorecem um tipo de pensamento ou de comportamento em detrimento a outros. Esse favorecimento gera rigidez no processo de mudança institucional quando determinadas pessoas percebem que são beneficiadas por determinado hábito de pensamento ou de comportamento (Veblen, 1904; 1921). Os hábitos de pensamento tendem a persistir, a menos que as circunstâncias forcem uma mudança. A evolução da sociedade vem, então, desse processo de adaptação mental dos indivíduos a uma nova circunstância, ainda que de forma tardia e relutante.

Essa resistência em aceitar mudanças ocorre pois as instituições vigentes são pautadas no que é socialmente aceitável e tradicional, e o cerimonialismo nasce desses costumes que dominam a sociedade e que Veblen associa à classe ociosa (Böck; Almeida, 2018). O conceito de valor cerimonial não é, no entanto, algo apresentado de maneira estruturada na obra de Veblen. O autor se utiliza do termo institucional como um sinônimo para essas características tradicionais, permitindo

uma interpretação de que todas as instituições são dotadas dessas características. Algumas interpretações entendem que, na visão de Veblen, todas as instituições são arcaicas, retrógradas e imutáveis (Rutherford, 1984). Não é esse o caso. Quando analisa a mudança institucional, Veblen ressalta como a mudança tecnológica pode levar a novos hábitos de vida e pensamento, o que geraria novas instituições, mesmo dentro de uma estrutura institucional carregada de tradicionalismo (Rutherford, 1984).

Para Veblen (1914), a busca por inovação tecnológica e novas ferramentas é fruto do instinto de trabalho eficaz (*instinct of workmanship*) e o exercício da curiosidade desinteressada (*idle curiosity*), mas esse é um processo que ocorre dentro das instituições vigentes, e também é moldado e influenciado por elas. As forças institucionais têm um importante papel para determinar a velocidade e direção da mudança técnica, e a probabilidade de tal mudança institucional levar a uma nova lógica institucional (Rutherford, 1984). Na abordagem de Veblen, a tecnologia atua como um fator endógeno, mas há uma troca recíproca e causal entre tecnologia e instituições. Uma nova tecnologia só pode ser implementada sob a benção das instituições existentes, mas as novas tecnologias podem ocasionar um ajuste das instituições, uma adaptação dos esquemas vigentes originada dos novos meios tecnológicos. O autor também nota como a tecnologia pode ser gerada e utilizada num mesmo conjunto de instituições, ou é pega emprestada e adotada num contexto diferente do que a criou, gerando um novo arranjo institucional (Veblen, 1915).

Apesar da adoção de uma nova tecnologia poder criar novos arranjos institucionais, os hábitos de pensamento podem contaminar a atividade tecnológica e atuar de forma prejudicial para seu desenvolvimento. Além disso, a inovação depende muito da compatibilidade dos objetivos institucionalmente determinados dos tomadores de decisão e a nova tecnologia. Como está sujeita aos desígnios institucionais, em uma sociedade guiada pelo ganho pecuniário e pela lógica de negócios, a tecnologia acaba sendo conduzida sob a lógica do maior retorno pecuniário, não ao que pode ser mais benéfico para o desenvolvimento econômico ou tecnológico. Inovações que parecem não trazer um ganho pecuniário podem ser preteridas ou sabotadas (Veblen, 1904; 1914; 1921).

Mas a introdução de uma nova tecnologia, mesmo que guiada por uma lógica focada em manter as estruturas institucionais, pode abrir caminho para outras

tecnologias no futuro, que podem mudar a lógica institucional vigente. Assim, uma inovação apresentada sob uma lógica pode, ao longo do tempo, levar ao surgimento de uma mudança institucional. Ao afetar as condições de vida de uma parte da população, podem surgir novos hábitos de pensamento e comportamento que vão de encontro às normas existentes e aos interesses tradicionais (Veblen, 1915).

Apesar de reconhecer o potencial da tecnologia nessa mudança, a perspectiva de Veblen é extremamente pessimista quando ao resultado de todo esse processo. De acordo com Veblen (1914), a história mostra que o triunfo do conservadorismo das instituições é mais frequente que as suas modificações via inovações tecnológicas. Também considera que os interesses protegidos pelo poder das instituições acabam triunfando sobre os ímpetus tecnológicos. Dessa forma, a mudança institucional, de acordo com a perspectiva de Veblen, não é vista como algo necessariamente progressivo, e a existência de um progresso histórico baseado na expansão do conhecimento instrumental às custas de uma contração de conhecimento cerimonial não é algo inevitável (Dugger; Waller, 1996).

Apesar de todas essas ideias estarem presentes em seu trabalho, Veblen não apresenta de forma mais estruturada essa dinâmica entre as forças institucionais e conservadoras e a tecnologia (Böck; Almeida, 2018). A contribuição de Clarence Ayres é justamente no sentido de aprofundar, sistematizar e organizar a ideia da dicotomia cerimonial-instrumental, cujos conceitos são apresentados na obra de Veblen.

3. O Surgimento da Dicotomia Cerimonial-Instrumental: a contribuição de Clarence Ayres

A trajetória de Veblen é conhecida pela inexistência de descendentes intelectuais diretos, Ph.Ds que ele tenha formado. No entanto, influenciou um grande número de adeptos do institucionalismo original. Dentre os intelectuais influenciados por Veblen, Clarence Ayres está em um local de destaque pois, nas palavras do Nobel James Buchanan, Ayres foi um dos grandes economistas do seu tempo - *“leading members of the profession”*, no original (Buchanan, 1976, p.163). Além disso, Ayres foi o institucionalista de sua geração que desenvolveu o legado vebleniano e que organizou o legado institucionalista em meados do século XX (Almeida; Cavalieri, 2020; Cavalieri; Almeida, 2017). Ayres focou seu trabalho na discussão sobre o caráter instrumental e o cerimonial das instituições, aprofundando

as análises e agregando valor em cima dessa dicotomia. Ayres também se aprofunda bastante na natureza tecnológica, acreditando no caráter progressista da tecnologia. Para o autor, a tecnologia tem um papel de destaque na mudança econômica e é através dela que se chega ao progresso (Mayhew, 2009).

Ayres, embora fortemente inspirado por Veblen, articula que o papel da tecnologia na mudança social vem a partir da filosofia pragmática de John Dewey (Mayhew, 2009). É com base nessa influência que o autor iguala a tecnologia ao instrumentalismo e que constrói sua noção de processo tecnológico, que não é dissociado da ação humana. Ayres (1951) indica a importância de explicar a natureza humana, que considera como um fenômeno social, em termos de forças sociais. Sua preocupação com a tecnologia e seu relacionamento com as instituições sociais advém desse aspecto, acreditando que os valores instrumentais eram responsáveis por quebrar as barreiras cerimoniais das instituições (Ayres, 1944). Na visão de Ayres, o que move o institucionalismo é essa busca por entender as forças que se movem por trás das instituições e a tecnologia constitui uma dessas dinâmicas que moldam a sociedade moderna de seu tempo.

Ayres, tal como Veblen, não vê a tecnologia como uma força externa à estrutura social. Para ele, uma ferramenta sozinha não correspondia a tecnologia e não são, sozinhas, responsáveis por esse caráter dinâmico que descreve (Mayhew, 1981). A tecnologia é um processo que envolve as ferramentas e o conhecimento, que possibilitam a resolução de um problema existente (Mayhew, 2009). Mas ao resolver um problema, outros podem surgir, numa operação contínua. A tecnologia é cumulativa, fruto da combinação de ferramentas já existentes, conhecimento e aspectos culturais (Rutherford, 1981). Diante dessa perspectiva, Ayres apresenta a sua afirmação mais controversa: toda nova tecnologia é superior à anterior, logo toda a evolução tecnológica adquire um caráter progressivo (Ayres, 1944).

Mas não é só esse processo instrumental que compõe a sociedade, existem os elementos cerimoniais, consistindo de mitos, regras morais e distinções arbitrárias de status (Rutherford, 1981). Eles surgem na busca por explicações quando não há conhecimento das causas e efeitos verdadeiros - ou seja, se baseia em "falsidades". Para Ayres (1951), as instituições são derivadas de instituições pré-existentes e do passado imemorial, e permanecem, até onde as circunstâncias permitirem, transmitindo esses comportamentos cerimoniais. Através da tradição, há a validação institucional (Ayres, 1951).

Esses elementos cerimoniais não apenas resistem ao processo tecnológico, mas também adquirem um aspecto pseudotecnológico, inibindo o progresso (BÖCK; ALMEIDA, 2018). Como considera as instituições como vetores dos comportamentos cerimoniais, com frequência Ayres as classifica como retrógradas e inibidoras da mudança. Os valores que o sistema cerimonial carrega são falsos, e o que distingue os dois tipos de elementos é o fato de que o conhecimento instrumental tem o poder de erodir as instituições vigentes, mesmo tendo surgido a partir delas (Mayhew, 2009). As mudanças nas instituições ocorrem de forma lenta e em resposta ao dinamismo do contínuo tecnológico.

Na perspectiva de Ayres, a distinção entre o instrumental e o cerimonial tem um grande teor valorativo, além disso, tal segmentação somente é possível através da estrutura de valores de uma sociedade. O processo tecnológico traz à tona mecanismos que revelam os verdadeiros valores de uma sociedade – valores que, para Ayres, são responsáveis por prover o bem-estar coletivo (Rutherford, 1981).

O cerimonialismo e o instrumentalismo convivem na sociedade, gerando a ordem social. No final, a dicotomia entre os dois aspectos é vista como uma batalha entre o conhecimento tecnológico – tecnologia; e a superstição e a tradição – instituições (Dugger; Waller, 1996). A abordagem de Ayres se apresenta de forma muito mais otimista que Veblen, acreditando que o resultado natural dessa batalha era o progresso, de que haveria um triunfo da tecnologia que levaria as instituições na direção da construção de relações interpessoais mais razoáveis e mais igualitárias, abandonando conhecimentos cerimoniais. Esse otimismo foi alvo de duras críticas à teoria de Ayres ao longo dos anos. Seus herdeiros intelectuais acabam se debruçando na questão do valor em busca de um maior esclarecimento do que significa o processo tecnológico, como ele atua e sobre sua natureza ser realmente progressiva ou não. O “Cactus Branch” congrega essas contribuições.

4. O desenvolvimento da Dicotomia Cerimonial-Instrumental: o institucionalismo do “Cactus Branch”

O “Cactus Branch” é um segmento da Economia Institucional original que se dedicou a desenvolver os escritos de Veblen a partir da perspectiva Ayresiana. Logo, há o aprofundamento das estruturas analíticas e teóricas da dicotomia Veblen-Ayres (Böck; Almeida, 2018). Um aluno de Ayres, John Fagg Foster, tocou o legado de seu professor (Ranson, 1981) e seu trabalho é uma tentativa de explicar o

problema do valor na economia, e como esse processo de valoração ocorre de uma perspectiva institucional. Assim como seu professor, Foster também recorreu aos escritos de Dewey (Ranson, 1981; Tool, 2000). Bush (1994) aponta como a formulação de Foster para a dicotomia passa de uma contraposição entre cerimonial/instrumental para uma visão de que as instituições são compostas por ambos os tipos de padrão de comportamento; sendo avaliadas a partir de dois sistemas de valores e validadas por diferentes conjuntos de considerações. Dessa forma, Foster relativiza o antagonismo entre tecnologia e instituições presentes nos escritos de Veblen e Ayres. No entanto, são os alunos de Foster que oferecem uma sistematização sobre os sistemas de valores cerimoniais e instrumentais.

Em 1987, Paul Dale Bush, um dos alunos mais notáveis de Foster, publica um texto denominado *The Theory of Institutional Change*. Esse texto pode ser compreendido como a apresentação da última versão da dicotomia cerimonial-instrumental. Bush (1987) une diversas contribuições de “Cactus Branchers” em prol da oferta de uma explicação robusta para as dinâmicas de mudanças institucionais e de valoração baseada em sistemas cerimoniais e instrumentais. Nesse artigo, o autor parte da definição que as instituições são compostas por conjuntos de padrões socialmente prescritos de comportamentos correlacionado. O comportamento dentro das instituições não é aleatório, mas é proposital e correlacionado entre si por valores. Estes valores podem ser classificados num sistema de valoração cerimonial ou instrumental, e cada um tem tipos de validação específicas (Bush, 1987).

O autor aponta como os valores cerimoniais correlacionam valores com base na distinção individual, prescrevendo status e uma relação de subserviência, garantindo o exercício de poder. São validados através da exaltação da tradição e na formação de determinados mitos. Já os valores instrumentais são correlacionados através do uso de ferramentas e habilidades para aplicar o conhecimento na formulação da resolução de problemas. Os dois valores são muito próximos de como Ayres os descreve em sua teoria, e Bush também demonstra o dinamismo do processo tecnológico. Esses valores não são imutáveis e fixos, estão sujeitos a questionamentos e reavaliações.

Bush (1987) argumenta que, desde os escritos de Veblen, a noção de tecnologia está conectada com o fator humano, não sendo confinada estritamente ao maquinário. Em essência, aponta como uma mudança tecnológica é uma

mudança nos hábitos de pensamentos predominantes em uma sociedade – associados com as ciências e as artes. Para ele, o processo tecnológico também é visto como dinâmico e a mudança tecnológica é entendida como uma expansão no fundo de conhecimento de uma comunidade para a resolução de problemas – uma perspectiva Ayresiana. Esse fundo de conhecimento pode ser incorporado na sociedade sob padrões cerimoniais ou instrumentais, mas só pode ser utilizada se for sancionada pela estrutura de valores já vigentes.

Embora os sistemas de valores sejam dicotômicos, Bush considera que o comportamento é dialético – ou seja, pode ter apenas um dos valores ou ambos os valores. Padrões de comportamento podem ser complexos e evoluem com o tempo, e um comportamento cerimonialmente validado pode incorporar comportamentos instrumentais e vice e versa. A quantidade de significância que esses valores têm depende do contexto social em que aquele comportamento ocorre, e depende da correlação entre contextos. Um comportamento que é correlacionado a outro por valores cerimoniais será cerimonial, por exemplo. Uma das partes mais interessantes de sua formulação é a percepção de que há um limite de possibilidades de correlação entre esses padrões de comportamento. Os dois modos de avaliação funcionam de formas diferentes, fazendo com que existam menos variações possíveis para correlações instrumentalmente validadas, já que não há como validar instrumentalmente comportamentos baseados na distinção dentro de uma estrutura social ou no impedimento do acesso ao conhecimento.

Vale ressaltar que enquanto Ayres é otimista quanto à mudança tecnológica ser progressiva, Bush aponta como é possível que ela não ocorra. Para ser validada e posta em prática, uma nova tecnologia precisa ser pelo menos compatível com uma parte da estrutura de valores cerimoniais existentes em uma sociedade. É necessário que ela seja plausível tanto instrumentalmente quanto cerimonialmente (Bush, 1987). Quanto ao papel do cerimonialismo na mudança institucional, as contribuições de outro aluno de Foster se destacam: Louis Junker. Junker se debruçou sobre a análise de como o cerimonialismo pode – e em alguma medida deve – encapsular o instrumentalismo (Junker, 1982; 1983). Dessa forma, assim como Bush, Junker relativiza o antagonismo cerimonial-instrumental. De acordo com Junker (1983), uma inovação tecnológica que gerasse uma ação puramente instrumental não seria incorporada pelos indivíduos, uma vez que para que o instrumentalismo apresente um aumento de conhecimento e/ou nova tecnologia,

esse incremento deve possuir conexão com os hábitos de pensamento correntes dos indivíduos. Uma vez que os hábitos de pensamento pertencem a esfera cerimonial, há a necessidade de um encapsulamento cerimonial do elemento instrumental para que o mesmo passe a compor o sistema de valores (Junker, 1983; Bush, 1987).

A tecnologia só é aceita se for vista como não disruptiva dos valores da comunidade. Um acréscimo do comportamento instrumental será contrabalanceado por mudanças em comportamentos cerimonialmente validados, criando assim a noção do encapsulamento – os valores cerimoniais envolvem o crescimento dos padrões instrumentais. Não é um mecanismo que é necessariamente consciente, e algumas inovações podem atravessar esse esquema cerimonial. O conceito de encapsulamento cerimonial é fruto da dominância cerimonial em uma sociedade, que pode representar um obstáculo para a absorção e difusão de um novo conhecimento.

Assim, é possível que a introdução de uma inovação tecnológica não modifique a estrutura de valores e, neste caso, não é possível afirmar que houve uma mudança institucional. A mudança institucional só ocorre se houver uma mudança no sistema de valores que compõem a estrutura de uma instituição (Bush, 1994). Bush (1987) classifica três tipos possíveis de encapsulamento cerimonial, que podem gerar alguma barreira ou, no limite, impedir a mudança institucional: (1) mudanças conectadas ao passado e à tradição, (2) mudanças conectadas ao futuro e as (3) mudanças “Lysenko”. Em (1) e (2), um tipo de conhecimento legítimo é encapsulado cerimonialmente. Em (1), há uma resistência relacionada à tradição, aos hábitos que mantêm a força do sistema cerimonial no processo de mudança (Junker, 1982; 1983). Para Bush (1987), essa seria uma mudança institucional regressiva. No entanto, ao mesmo tempo que o instrumentalismo demanda uma conexão no sistema cerimonial, esse sistema é pressionado pelos fatores instrumentais (Junker, 1982; 1983). Uma das funções do sistema instrumental é colocar o sistema cerimonial em cheque, e quando o último está desgastado, temos uma mudança do segundo tipo, na qual o sistema instrumental é mais forte no processo de mudança. Nesse caso, há uma mudança institucional progressiva.

Tanto a mudança institucional (1) quanto a (2) são resultados de tensões entre os sistemas de valores instrumentais e cerimoniais. No entanto, a mudança (3) corresponde a um processo diferente. No caso das mudanças institucionais Lysenko, há uma busca por resultados instrumentais que não são viáveis para

reafirmar comportamentos cerimonialmente validados, substituindo o conhecimento genuíno por um conhecimento espúrio — como na eugenia, por exemplo. O encapsulamento do tipo Lysenko é um exemplo de mudança institucional regressiva, já que se substituem valores instrumentais por valores cerimoniais.

A contribuição do “Cactus Branch” para o institucionalismo original é extensa. Devido ao escopo deste artigo focamos apenas nos escritos de Foster, Bush e Junker. Durante a década de 1970, o Cactus Branch sofre uma segmentação, que não o extingue e tão pouco reclama o posto de herdeiros genuínos de Ayres, pelo contrário. Esse novo segmento do institucionalismo foi denominado Institucionalismo Radical. O termo radical foi aplicado na mesma conotação que a Economia Política Radical, ou seja, para registrar a perspectiva crítica de sistema capitalista (Dugger, 1988). O Institucionalismo Radical busca recuperar os aspectos de crítica social presentes em Veblen e colocar o poder como centro de sua análise. Com essa mudança de perspectiva, a dicotomia cerimonial instrumental também é modificada.

5. O Resgate do Veblenianismo: o Institucionalismo Radical

O Institucionalismo Radical surge com o pressuposto de retomar as críticas ao capitalismo presentes nos escritos de Veblen e que foram preteridas por outras vertentes, se posicionando contra o *status quo* (Dugger, 1988). Essa é uma vertente que constrói suas análises ao redor do papel do poder em uma sociedade composta por instituições e na existência de mitos construídos na sociedade que permitem que as pessoas de maior status social se mantenham naquela posição. Sob essa perspectiva, a importância da dicotomia cerimonial-instrumental se modifica, bem como as implicações em sua utilização.

Para o Institucionalismo Radical, o conhecimento instrumental se relaciona com a resolução de problemas — um tecnicismo similar aquele presente em Ayres e no “Cactus Branch” — e o conhecimento cerimonial é relacionado à execução de poder (Dugger; Waller, 1996). Essa corrente compartilha a visão pessimista vebleniana — ou realista, como os radicais gostam de chamar — de que na história, o conhecimento cerimonial em geral triunfa sobre o conhecimento instrumental. Para os institucionalistas radicais, a formação de valor também é vista como um processo contínuo, mas enquanto para Ayres o valor repousa no processo

tecnológico e para o “Cactus Branch” há um sistema de valor instrumental e outro cerimonial, o institucionalismo radical associa o valor ao processo democrático (Dugger; Waller, 1996) – embora, até onde conseguimos entender, essa associação entre valor e democracia não tenha sido suficientemente ou satisfatoriamente trabalhada pelos radicais. Além disso, os institucionalistas radicais consideram a resistência cerimonial muito mais forte e perigosa do que os “Cactus Branchers”. Ao retomar o pessimismo Vebleniano, por antagonismo, os institucionalistas radicais rejeitam a fé que Ayres possuía no papel do progresso tecnológico.

Na visão radical, quando Veblen se utilizava da dicotomia, ele estava construindo categorias analíticas para avaliar supostas ações eficazes. Quando eram validadas por conhecimento “factual”, Veblen as classificava como o ambiente correto para ação eficaz. Se fossem legitimados por tradição, então eram ambientes ruins para a ação eficaz. Para Ayres e o “Cactus Branch”, essa dicotomia ocupa um espaço simultâneo de ferramenta de análise, princípio de valor, teoria geral sobre o progresso e uma posição epistemológica. No entanto, no institucionalismo radical ela ocupa um espaço semelhante à abordagem de Veblen, sendo uma classificação puramente analítica, uma ferramenta para avaliar o conhecimento social e o comportamento recomendado ao distingui-los dentro dos sistemas de validação que apoiam cada afirmação (Dugger; Waller, 1996).

De acordo com os radicais, a resistência cerimonial é mais uma questão de poder do que de superstições e tradições passadas, como sugerido por Ayres e os “Cactus Branchers”. As resistências mais efetivas são originadas a partir dos interesses institucionalizados (*vested interest*) atuais, não em medos passados (Dugger; Waller, 1996). Os mitos que dificultam a ação instrumental se originam não só no passado, mas também no presente. Representam racionalizações que apoiam a exploração, o preconceito racial e a dominação de gênero. Eles não diminuem com a educação e a industrialização, mas sim se renovam porque alguns indivíduos continuam se beneficiando deles e, portanto, continuam a propagá-los. O poder está entranhado e é inseparável do conhecimento, de perguntas e de afirmações. Ele pode envolver coerção física, mas há um poder de uso ou permissão de uso do conhecimento “factual” que é usado como uma ferramenta de processos produtivos (Dugger, 1988).

Por causa dos significados do poder, essa resistência a conhecimentos instrumentais ou “factuais” se origina no elitismo e na inveja, não do primitivismo e

da superstição. Controlar o conhecimento é poder, para os institucionalistas radicais, e o conhecimento cerimonial serve aos poderosos, enquanto o conhecimento instrumental serve a quem puder adquiri-lo e processá-lo — mesmo que não tenham posses. São dois tipos de conhecimento que existem em oposição, e a resistência ao conhecimento instrumental é manipulada pelas elites contemporâneas.

Quando a origem do cerimonialismo é o primitivismo e a superstição, apenas a tecnologia basta para superá-lo, mas quando ele nasce da desigualdade e das reações de poder e subserviências, apenas noções igualitárias e democrática podem superá-lo — por isso, no institucionalismo radical, a origem dos valores instrumentais está na democracia (Dugger; Waller, 1996). Apesar das diferenças quanto as bases de aplicação da dicotomia, Waller (1987) defende o uso do conceito de encapsulamento cerimonial como ferramenta analítica, apontando como ele é útil para analisar um fenômeno cada vez mais presente em nossa sociedade, a hegemonia da corporação — vide Dugger (1980). Waller (1987) argumenta que com a dominação de vários aspectos da vida pelas corporações, o encapsulamento cerimonial não abrange apenas a captura da tecnologia, mas também a mudança na direção desse processo em favor de uma instituição dominante.

O institucionalismo radical se utiliza da dicotomia como uma ferramenta analítica, mas sob uma perspectiva ligeiramente diferente, permitindo análises distintas das possibilitadas pela abordagem de Ayres e do “Cactus Branch”. Os radicais se aproximam mais da abordagem de Veblen para a dicotomia. No entanto, a perspectiva do institucionalismo radical não foi a única a resgatar elementos Veblenianos em prol da análise da mudança institucional. Geoffrey Hodgson, um institucionalista britânico também o fez, em uma abordagem diferente da radical. Contudo, Hodgson não foi o único europeu a oferecer uma nova perspectiva da mudança institucional, o trabalho do holandês Wilfred Dolfsma também oferece um ferramental analítico para o mesmo fim.

6. A abordagem europeia

A abordagem europeia para mudança institucional não se repousa na dicotomia cerimonial-instrumental. Todavia, isso não significa que são desconexas do institucionalismo original, pelo contrário. Geoffrey Hodgson oferece uma perspectiva de mudança institucional associada ao conceito vebleniano de hábito.

Hodgson (2003; 2004b) destaca dois mecanismos associados a relação dos indivíduos e instituições, a causação reconstitutiva descendente (*reconstitutive downward causation*) e a causação ascendente (*upward causation*). De acordo com Hodgson (2000), o contexto para oferecer uma nova perspectiva para a mudança institucional é a crítica frequente à noção institucional de que gostos e preferências individuais são moldados pelas instituições. Essa crítica se baseia em algum tipo de determinismo estrutural ou cultural, que caracteriza o indivíduo como um “fante das circunstâncias sociais ou culturais” - “puppet of social or cultural circumstances” no original (Hodgson, 2000, p. 326).

Na opinião de Hodgson (2000; 2003; 2004b), há uma via de mão dupla pela qual os indivíduos influenciam as instituições, bem como as instituições influenciam os indivíduos: a primeira é a causalidade ascendente e a segunda é a causação reconstitutiva descendente (Hodgson, 2000; 2003). Para Hodgson (2000), os indivíduos aprendem em uma abordagem institucional devido à noção de causação reconstitutiva descendente. Os hábitos - tais como definidos por Veblen - desempenham um papel fundamental neste processo (Hodgson, 2003). Além disso, os hábitos são o material reconstutivo de uma instituição. As instituições criam, motivam, forçam, desencorajam e previnem o comportamento por meio dos hábitos e das preferências, e os propósitos e disposições de um indivíduo mudam neste processo. Segundo Hodgson (2000), o condicionamento dos indivíduos por meio de hábitos tem um lugar no cerne da economia institucional. A causação reconstitutiva descendente depende de uma mudança no indivíduo, enquanto a causação ascendente depende de mudança institucional (Hodgson, 2000; 2003; 2004b).

No contexto de causalidade ascendente, ações humanas e os comportamentos individuais podem mudar as instituições (Hodgson, 2003; 2004b; 2006). Assim, causação ascendente significa que o poder de um indivíduo é suficientemente forte para redesenhar, substituir ou mesmo eliminar as instituições. Dessa forma, Hodgson se aproxima tematicamente do Institucionalismo Radical por também considerar o papel do poder em sua abordagem de mudança institucional, mas apesar disso, as abordagens das duas vertentes são antagônicas. Os radicais enfatizam que o poder é utilizado para a preservação das instituições, pois quem exerce esse poder tem seus interesses protegidos por tal conjunto de instituições. Já Hodgson destaca que alguns indivíduos possuem poder de mudar as

instituições e assim o farão se desejarem. No entanto, Hodgson pouco explora a natureza desse poder e o que faz alguns indivíduos detê-lo.

Já a contribuição de Wilfred Dolfsma para a mudança institucional é denominada nexo de valor social (*social value nexus*). Para introduzir a contribuição de Dolfsma para a mudança institucional, é importante mencionar os limites que ele apresenta para construir uma abordagem da mudança institucional. De acordo com Dolfsma e Verburg (2008), uma teoria da mudança institucional exige conceitos precisos de indivíduos e instituições, mas os estudos sobre mudança institucional focam mais em instituições do que em indivíduos. Além disso, os autores enfatizam que definir instituições com base no comportamento – ou seja, comportamento como uma reprodução de instituições – é uma predefinir a natureza da mudança institucional, que só poderia ser impulsionada por processos autônomos ou exógenos, como progresso tecnológico.

Dolfsma e Verburg (2008) também rejeitam a definição de instituições como construtos mentais, pois isso implicaria em uma mudança institucional baseada na mudança dos indivíduos em preferências ou expectativas. Uma definição de instituições deve seguir uma lógica de agência-estrutura que permite instituições moldadas por indivíduos e que moldam, por sua vez, o comportamento dos indivíduos (Dolfsma; Verburg 2008; Dolfsma; Finch; McMaster 2011). Ao demandar uma abordagem do indivíduo no processo de mudança institucional e enfatizar mão dupla de influência entre instituições e indivíduos, Dolfsma se alinha fortemente com a perspectiva de Hodgson. Além disso, Dolfsma claramente apresenta uma perspectiva crítica a toda a abordagem norte-americana – Veblen, Ayres, “Cactus Branch” e Institucionalistas Radicais – ao tratamento dado ao conceito de instituições e tecnologia.

Na perspectiva de evidenciar a lógica agência-estrutura no processo de mudança institucional, Dolfsma (2002; 2004) e Dolfsma e Verburg (2008) diferenciam dois conceitos de valores: (1) valores socioculturais (*socio-cultural values*) e (2) valorações (*valuations*). Os valores socioculturais são os valores que existem em uma sociedade ou comunidade, e se expressam nas instituições. A maioria dos valores socioculturais tem natureza ética, cultural ou filosófica; como, por exemplo, justiça, beleza, amor e autonomia. Eles não determinam estritamente quais instituições serão construídas, assim como as instituições não determinam estritamente o comportamento de um indivíduo; da mesma forma que as

instituições influenciam o comportamento, os valores socioculturais influenciam as instituições. Por outro lado, as valorações são os valores que os indivíduos carregam dentro de si e que fundamentam as preferências e aspirações individuais – essas preferências e aspirações, por sua vez, determinam certos tipos de comportamento (Dolfsma, 2002; 2004).

Para apresentar a noção de mudança institucional, propriamente dita, Dolfsma (2002; 2004) e Dolfsma e Verburg (2008) abordam um conceito adicional: a tensão. Segundo Dolfsma (2002; 2004), existem três tipos de tensões: (1) tensão de valor (*value tension*), (2) tensão de instituição (*institution tension*) e (3) tensão valor-instituição (*value-institution tension*). Uma tensão de valor refere-se à tensão entre dois valores socioculturais diferentes. Essa tensão culmina em um processo de mudança institucional que dá origem a um conjunto institucional associado ao valor sociocultural decorrente dessa tensão. A tensão institucional está associada a instituições que são diferentes, mas culminam do mesmo processo: valores socioculturais entrando em conflito e pressionando por uma mudança institucional. Essa pressão por uma mudança institucional pode gerar dúvidas sobre a legitimidade de como o conteúdo das instituições é posto em prática pelos indivíduos. Assim, a lógica de uma instituição em conflito pode mudar para acabar com a tensão. A tensão valor-instituição está relacionada a uma instituição que foi originalmente associada a um valor sociocultural, mas com o tempo tornou-se associada a outro valor sociocultural. Nesse caso, surgirá tensão entre o valor sociocultural original e a instituição, levando a instituição a mudar para se adaptar ao novo valor sociocultural (Dolfsma; Verburg, 2008). Dessa forma, a abordagem de Dolfsma foca em valores e tensões entre valores assim como os norte-americanos o fazem. No entanto, Dolfsma não classifica os valores em cerimoniais e instrumentais, mas atribui níveis institucionais diferentes os valores e analisa quando os mesmos entram em conflito.

7. Conclusão

Dado a preocupação da Economia Institucional Original com o desenvolvimento de uma abordagem evolucionária, a mudança institucional ocupa um local de destaque em sua análise. Veblen, uma figura absolutamente central para o movimento institucionalista, apresenta duas forças essenciais para a dinâmica da mudança institucional: as instituições e a tecnologia. As instituições, a faceta

cerimonial da mudança institucional, são forças conservadoras que a restringem e a tecnologia é a força que pode romper com o tradicionalismo institucional e que, de fato, gera uma mudança institucional.

Ayres foi o institucionalista que carregou o legado Vebleniano a frente quanto à mudança institucional. Ayres uniu ideias apresentadas por Veblen e aspectos da filosofia pragmática de Dewey, e o resultado foi a constituição de uma abordagem do valor que foi desenvolvida por seus seguidores e é utilizada de forma analítica até os dias de hoje. No entanto, a abordagem do autor recebeu atualizações que ocorreram por um grupo de Ayresianos denominado “Cactus Branch”. Dentre as contribuições do “Cactus Branchers”, a sistematização de Bush se destaca. O grande argumento de Bush é relativizar o antagonismo entre os sistemas cerimonial e instrumental, os compreendendo como sistemas diferentes que validam práticas diferentes. O “Cactus Branch” sofreu uma segmentação que foi denominada institucionalismo radical, e esse segmento institucionalista também contribuiu para o debate sobre a dicotomia cerimonial-instrumental. O institucionalismo radical atribui uma menor relevância à dicotomia em sua abordagem, porém apresentam uma leitura dos aspectos cerimoniais muito mais crítica e incisiva do que a presente na tradição Ayresiana. Ao fazê-lo, os radicais argumentam que estão se reconectando com a crítica social Vebleniana.

Por fim, também é possível notar contribuições ao tema mudança institucional em solo europeu. Geoffrey Hodgson também recupera elementos Veblenianos, no entanto, essa recuperação está focada no conceito Vebleniano de hábito. Hodgson analisa a mudança institucional como uma via de mão dupla, instituições reconstituem indivíduos e indivíduos podem reconstituir instituições. Wilfred Dolfsma compartilha com Hodgson essa perspectiva da influência mútua. No entanto, Dolfsma retoma a importância dos valores na abordagem da mudança institucional. Diferente dos norte-americanos, Dolfsma não analisa valores cerimoniais e instrumentais, mas sim valores socioculturais e valorações, e como tensões entre esses valores podem gerar mudanças institucionais.

É importante destacar que este artigo não é um estudo exaustivo sobre mudança institucional. Nos baseamos apenas sobre as contribuições mais difundidas e citadas sobre o tema, usando o legado Vebleniano como eixo central para apresentar essas abordagens do institucionalismo original quanto a mudança institucional. Existem também outras possibilidades a serem exploradas no assunto,

seguindo o legado de outros institucionalistas, como John R. Commons, por exemplo.

Referências

ALMEIDA, F.; CAVALIERI, M. Understanding Clarence Ayres's criticism of an emerging mainstream and birthing institutionalism through the 1930s Ayres-Knight debate. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 42, n. 3, p. 401-416, 2020.

AYRES, C. *The theory of economic progress*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.

AYRES, C. The co-ordinates of institutionalism. *The American Economic Review*, v. 41, n. 2, p. 47-55, 1951.

BÖCK, R.; ALMEIDA, F. Clarence Ayres, Ayresianos e a evolução do institucionalismo Vebleniano. *Economia e Sociedade*, v. 27, n. 2, p. 381-407, 2018.

BUCHANAN, J. Methods and morals in economics: the Ayres-Knight Discussion. In: BREIT, W.; CULBERTSON JUNIOR, W. (Orgs.). *Science and ceremony: the institutional economics of C. E. Ayres*. Austin: University of Texas Press, p. 163-174, 1976.

BUSH, P. An exploration of the structural characteristics of a Veblen-Ayres-Foster defined institutional domain. *Journal of Economic Issues*, v. 17, n. 1, p. 35-66, 1983.

BUSH, P. The theory of institutional change. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 3, p. 1075-1116, 1987.

BUSH, P. The pragmatic instrumentalist perspective on the theory of institutional change. *Journal of Economic Issues*, v. 28, n. 2, p. 647-657, 1994.

CAVALIERI, M.; ALMEIDA, F. A history of the foundation and the early years of AFEE: pluralism and eclecticism in dissenting. *Journal of Economic Issues*, v. 51, n. 3, p. 613-634, 2017.

DOLFSMA, W. Mediated preferences: how institutions affect consumption. *Journal of Economic Issues*, v. 36, n. 2, p. 449-457, 2002.

DOLFSMA, W. *Institutional economics and the formation of preferences: the advent of pop music*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

DOLFSMA, W.; VERBURG, R. Structure, agency and the role of values in processes of institutional change. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 4, p. 1031-1054, 2008.

DOLFSMA, W.; FINCH, J.; MCMASTER, R. Identifying institutional vulnerability: the importance of language, and system boundaries. *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 4, p. 805-818, 2011.

DUGGER, W. Power: an institutional framework of analysis. *Journal of Economic Issues*, v. 15, n. 4, p. 897-907, 1980.

DUGGER, W. Radical institutionalism: basic concepts. *Review of Radical Political Economics*, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

DUGGER, W.; WALLER, W. Radical institutionalism: from technological to democratic instrumentalism. *Review of Social Economy*, v. 54, n. 2, p. 169-190, 1996.

GAMBS, J. *Report on interviews with American economists*. Nova York: John Gambs Papers, 1963.

GRUCHY, A. *Modern economic thought: the American contribution*. Nova York: Prentice-Hall, 1947.

HAMILTON, D. *Evolutionary economics: a study of change in economic thought*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1953.

HAMILTON, W. The institutional approach to economic theory. *American Economic Review*, v. 9, n. 1, p. 309-318, 1919.

HODGSON, G. *Economics and institutions: a manifest for modern institutional economics*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1988.

HODGSON, G. What is the essence of institutional economics? *Journal of Economic Issues* v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000.

HODGSON, G. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. *Cambridge Journal of Economics*, v. 27, p. 159-175, 2003.

HODGSON, G. *The evolution of institutional economics: agency, structure and Darwinism in American institutionalism*. Londres: Routledge, 2004a.

HODGSON, G. Reclaiming habit for institutional economics. *Journal of Economic Psychology*, v. 25, p. 651-660, 2004b.

HODGSON, G. What are institutions? *Journal of Economic Issues*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 2006.

JUNKER, L. The ceremonial-instrumental dichotomy in institutional analysis: the nature, scope and radical implications of the conflicting systems. *The American Journal of Economics and Sociology*, v. 41, n. 2, p. 141-150, 1982.

JUNKER, L. The conflict between the scientific-technological process and malignant ceremonialism. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 42, n. 3, p. 341-352, 1983.

KAUFMAN, B. The origins and theoretical foundation of original institutional economics reconsidered. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 39, n. 3, p. 293-322, 2017.

MAYHEW, A. The beginnings of institutionalism. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 3, p. 971-998, 1987.

MAYHEW, A. Ayresian technology, technological reasoning, and doomsday. *Journal of Economic Issues*, v. 15, n. 2, p. 513-520, 1981.

MAYHEW, A. Clarence Ayres, technology, pragmatism and progress. *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, n. 1, p. 213-222, 2009.

MAYHEW, A. An introduction to institutional economics: tools for understanding evolving economies. *The American Economist*, v. 63, n. 1, p. 3-17, 2018.

RANSON, B. John Fagg Foster. *Journal of Economic Issues*, v. 15, n. 4, p. 852-856, 1981.

RUTHERFORD, M. Clarence Ayres and the instrumental theory of value. *Journal of Economic Issues*, v. 15, n. 3, p. 657-673, 1981.

RUTHERFORD, M. Thorstein Veblen and the process of institutional change. *History of Political Economy*, v. 16, n. 3, p. 331-334, 1984.

RUTHERFORD, M. American Institutionalism and the History of Economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 19, n.2, p. 178-95, 1997

STURGEON, J. The history of the association for institutional thought. *Review of Institutional Thought*, v. 1, n. 1, p. 40-53, 1981.

TOOL, M. *Value theory and economic progress: the institutional economics of J. Fagg Foster*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2000.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

VEBLEN, T. *The theory of the leisure class*. 1899. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VEBLEN, T. *The theory of business enterprise*. 1904. Gloucester: Dodo Press, 2009.

VEBLEN, T. *The instinct of workmanship and the state of the industrial arts*. 1914. New York: Cosimo Classics, 2006.

VEBLEN, T. *Imperial Germany and the industrial revolution*. 1915. Reino Unido: Routledge, 1990.

VEBLEN, T. *The vested interest and the common people*. 1919. Nova York: Cosimo Classics, 2005.

VEBLEN, T. *The engineers and the price system*. 1921. Connecticut: Martino Publishing, 2012.

WALLER, W. Ceremonial encapsulation and corporate cultural hegemony. *Journal of Economic Issues*, v. 21, n. 1, p. 321-327, 1987.